



## RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2021 DO PO SEUR

## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EIXOS PRIORITÁRIOS E FINANCIAMENTO DISPONÍVEL

O PO SEUR, aprovado por decisão da Comissão Europeia (COM) a 16 de dezembro de 2014, é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2.203 milhões de euros de financiamento comunitário de Fundo de Coesão (FC). A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

A estratégia preconizada para este Programa operacional traduz uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, assente em três pilares estratégicos:

### **OT 4 Eixo Prioritário 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores**

737 milhões de euros de Fundo de Coesão

### **OT 5 - Eixo Prioritário 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos**

428 milhões de euros de Fundo de Coesão

### **OT 6 - Eixo Prioritário 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos**

993 milhões de euros de Fundo de Coesão

Estes pilares estratégicos, operacionalizados nos três eixos de atuação do PO SEUR, correspondem aos Objetivos Temáticos do domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (SEUR), contratualizados entre Portugal e a União Europeia através do Acordo de Parceria designado “Portugal 2020”. Este Acordo espelha assim a estratégia nacional para o atual período de aplicação dos Fundos da União Europeia (2014 e 2020), com execução até 2023.

O PO SEUR inclui ainda o Eixo Prioritário 4, “Assistência Técnica”, que se destina a financiar a realização das atividades inerentes ao desenvolvimento das competências e tarefas de

gestão e controle e de divulgação do Programa e dos apoios atribuídos e resultados atingidos,

Cada Objetivo Temático (OT) desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) e Objetivos Específicos (OE), que têm associados indicadores de realização física e financeira, cujo desempenho intermédio foi avaliado com base nos objetivos e metas definidos para 31-dez-2018, os quais foram atingidos, o que permitiu a atribuição da Reserva de Desempenho correspondente a 6% da dotação de cada Eixo Prioritário, confirmada através de Decisão C(2019) 6116, de 13 de agosto), bem como indicadores de resultado dos apoios comunitários nas políticas públicas que financiam, com metas traçadas para 2023.

Em 2016, foram aprovados pela COM, através da Decisão C (2016) 5476, de 22.08.2016, ajustamentos ao Eixo 2 do POSEUR, para permitir o alargamento das tipologias de operações elegíveis no âmbito territorial da Região Autónoma da Madeira (RAM), no que se refere à PI 5.2 relativa à Prevenção e Gestão de Riscos de Catástrofes. Em 2017, através da Decisão C(2017)7088, de 17 de outubro, foram aprovados ajustamentos ao Eixo 1 do POSEUR, para permitir a forma de apoio não reembolsável e alterar condições de elegibilidade da PI 4.3, relativa à Eficiência Energética nos edifícios da Administração Central. Em 2018, através da Decisão C(2018)8379, de 5 de dezembro, a Comissão Europeia aprovou a reprogramação do POSEUR, enquadrada na reprogramação global do Portugal 2020, com o objetivo de reforço do alinhamento estratégico com o Plano Nacional de Reformas e da concentração dos apoios, para a eficácia das políticas públicas. Em 2020, através da Decisão C(2020)6256, de 9 de setembro, a Comissão Europeia aprovou nova reprogramação no contexto da crise pandémica COVID-19, detacando-se a redução da dotação FC do POSEUR em 50 milhões de euros, para reforço do Programa Operacional Capital Humano (POCH), destinado ao Programa Digitalização para as Escolas.

## SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

No final de 2021, a taxa de compromisso da dotação de Fundo de Coesão (FC) do PO SEUR situou-se nos 103%, encontrando-se o PO atualmente na situação de overbooking, fruto dos 204 avisos lançados desde o início do Programa, no âmbito dos quais foram aprovadas 2.027 operações.

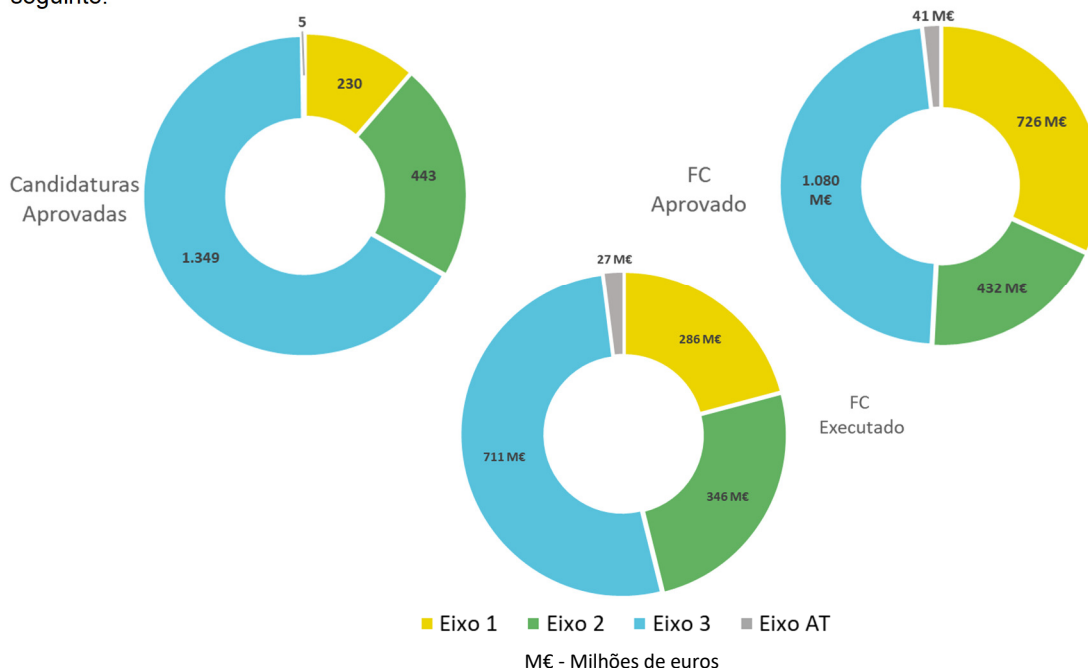
A taxa de execução financeira situou-se no final de 2021 nos 62%, evidenciando um progresso significativo, quando comparada com a situação de 2020 (45%). Apesar desta evolução positiva, que

traduz uma aceleração da execução face ao acréscimo do compromisso, continua a registar-se em 2021 uma diferença considerável entre o nível de compromisso e de execução financeira (41 p.p.), que se deve fundamentalmente, à complexidade e morosidade das intervenções e das fases prévias, nomeadamente autorizações e procedimentos de contratação pública, dada a natureza predominantemente pública das entidades beneficiárias.

### Onde chegámos no final de 2021

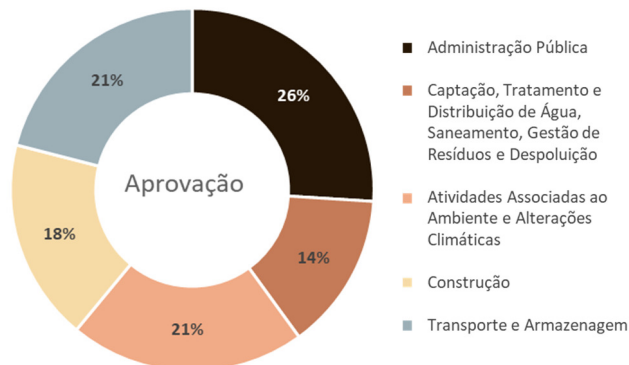
<b>204</b>	Avisos lançados	<b>2.503 M€</b>	Dotação de Fundo de Coesão Disponibilizada
<b>3.235</b>	Candidaturas Apresentadas	<b>3.136 M€</b>	Fundo de Coesão Solicitado
<b>2.027</b>	Candidaturas Aprovadas	<b>2.279 M€</b>	Fundo de Coesão Aprovado
<b>103%</b>	Taxa de Compromisso (FC)	<b>1.370 M€</b>	Fundo Executado
<b>62%</b>	Taxa de Execução (FC)	<b>1.362 M€</b>	Pagamentos aos beneficiários

No final de 2021, a repartição do nº de candidaturas e de Fundo de Coesão aprovado e executado por Eixo era a seguinte:

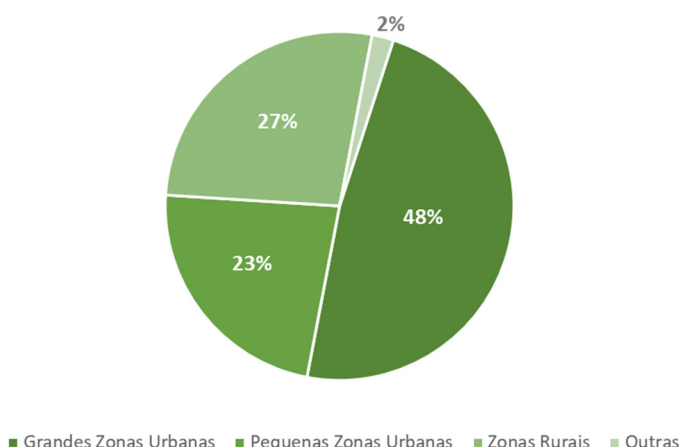


Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se a seguinte distribuição no que respeita à aprovação, sendo que a administração pública a mais relevante, dada a natureza das entidades beneficiárias do PO.

### Dimensão Económica



### Distribuição por Tipo de Território

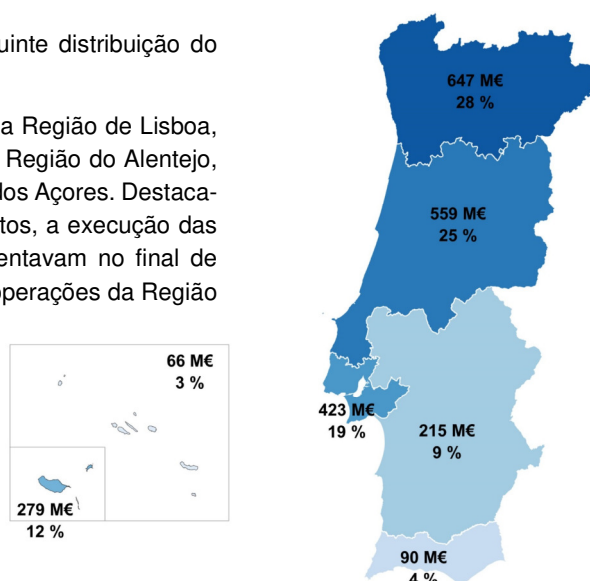


Considerando a distribuição por tipo de território, destaca-se o investimento em grandes zonas urbanas (48%), a que se segue o conjunto dos investimentos que incidem em zonas rurais e em pequenas zonas urbanas, com cerca de 50% dos investimentos apoiados.

Quanto à localização por NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do fundo comprometido com operações aprovadas:

28% na Região Norte, 25% na Região Centro, 19% na Região de Lisboa, 12% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 9% na Região do Alentejo, 4% na Região do Algarve e 3% na Região Autónoma dos Açores. Destaca-se, pelo avanço no grau de implementação dos projetos, a execução das operações localizadas na Região Norte, que representavam no final de 2021, 27% do fundo executado, logo seguidas pelas operações da Região Centro (25%).

### Distribuição Regional do Fundo Comprometido



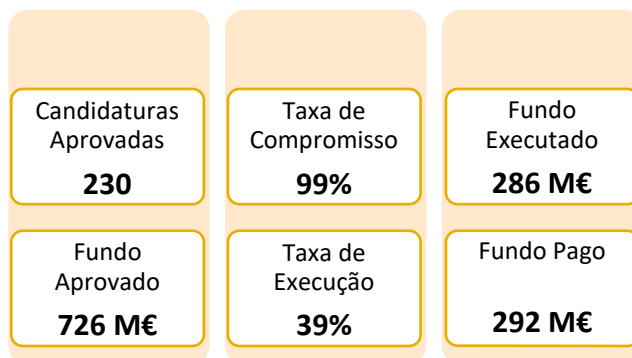
## NÚMEROS E RESULTADOS ALCANÇADOS, POR EIXO

### EIXO 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

No final de 2021 encontrava-se comprometido com operações aprovadas um total de 726 M€ de FC (99% da dotação do Eixo 1), correspondente a 1.017 M€ de custo total elegível.

Relativamente aos montantes acumulados de FC executado e pago, atingiram, respetivamente, os 286 M€ e 292 M€ para um custo elegível executado de 342 M€. A taxa de execução no final de 2021 (39%) revela uma significativa melhoria face a 2020 (22%), mas evidencia ainda um nível de implementação relativamente baixo, resultante de atrasos de execução, principalmente, nas operações relativas à Eficiência Energética na Administração Central e à Mobilidade Urbana Sustentável.

Verifica-se já uma evolução bastante positiva nas quantidades contratadas dos indicadores de realização, embora com uma execução ainda não muito expressiva, consistente com o nível de implementação ainda relativamente baixo deste Eixo.

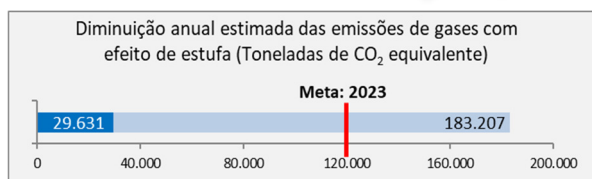


Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta  
Beneficiário: EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.

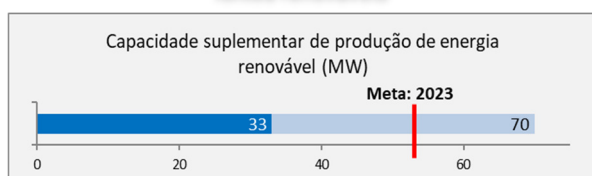
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:  
 Contratado  
 Executado

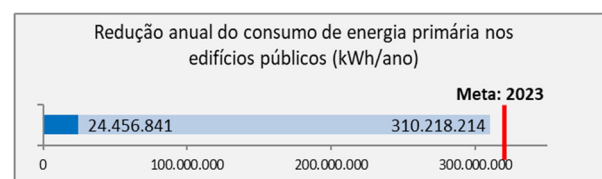
#### Indicador comum às áreas de intervenção do Eixo 1



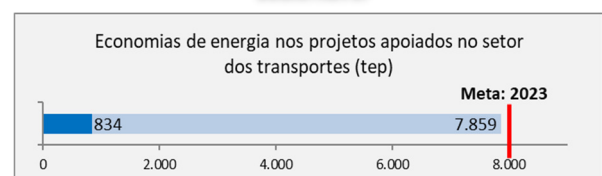
#### Produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis



#### Eficiência energética nas infraestruturas públicas



#### Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável



## EIXO 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

No final de 2021, encontravam-se aprovadas 443 operações, com um custo total elegível de 506 M€ e uma dotação de FC de 432 M€ (101% da dotação do Eixo 2).

A execução financeira acumulada do Eixo 2 no final de 2021 correspondia a um custo total elegível de 387 M€ e a um montante total de FC de 346 M€ (81%). O total de pagamentos de FC aos beneficiários ascendeu a 343 M€.

O nível de implementação deste Eixo manteve um bom ritmo em 2021, com destaque para os domínios da prevenção de incêndios florestais e adaptação às alterações climáticas, existindo já contributos relevantes das intervenções concretizadas para a execução dos indicadores de realização.

Candidaturas Aprovadas <b>443</b>	Taxa de Compromisso <b>101%</b>	Fundo Executado <b>346 M€</b>
Fundo Aprovado <b>432 M€</b>	Taxa de Execução <b>81%</b>	Fundo Pago <b>343 M€</b>

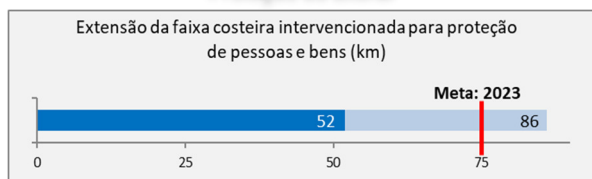


Desassoreamento da Albufeira do Açude-Ponte de Coimbra e estabilização da margem direita do Rio Mondego  
Beneficiário: Município de Coimbra

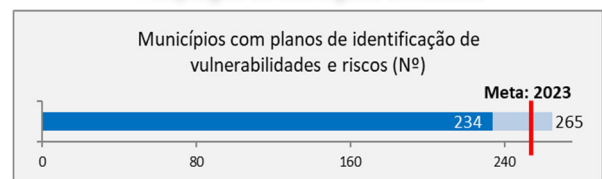
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:  
 Contratado  
 Executado

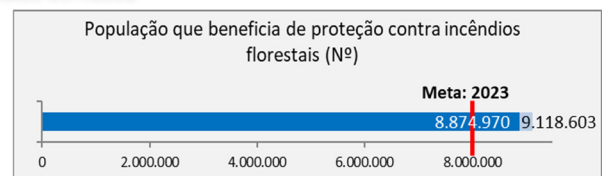
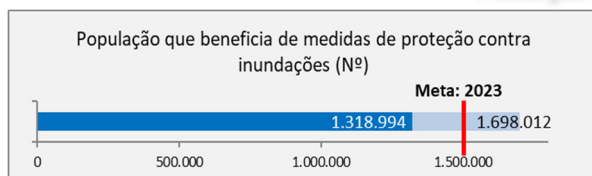
### Proteção do Litoral



### Adaptação às alterações climáticas



### Prevenção e gestão de riscos



## EIXO 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

No final do ano de 2021, encontravam-se aprovadas 1.349 operações, com um custo total elegível de 1.328 M€ e 1.080 M€ de FC atribuído (109% da dotação do Eixo 3). A execução financeira no final de 2021 correspondeu a um custo total elegível de 831 M€ e a um total de FC de 711 M€ (72%), tendo o total de FC pago aos beneficiários sido de 699 M€. Para esta execução, muito contribuíram os projetos do Ciclo Urbano da Água e da Valorização de Resíduos.

Os indicadores de realização das operações aprovadas apresentam uma evolução bastante positiva, com contributos já relevantes das operações concluídas.

Candidaturas Aprovadas <b>1.349</b>	Taxa de Compromisso <b>109%</b>	Fundo Executado <b>711 M€</b>
Fundo Aprovado <b>1.080 M€</b>	Taxa de Execução <b>72%</b>	Fundo Pago <b>699 M€</b>

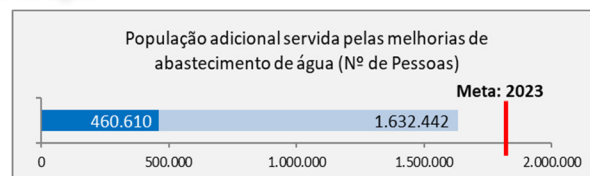
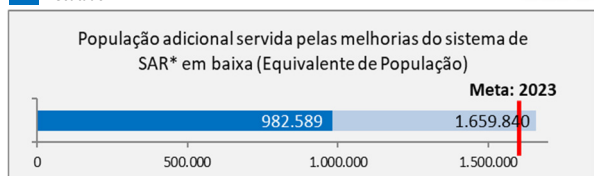


Recolha seletiva em Lisboa: Verdes de jardins  
Beneficiário: Município de Lisboa

Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

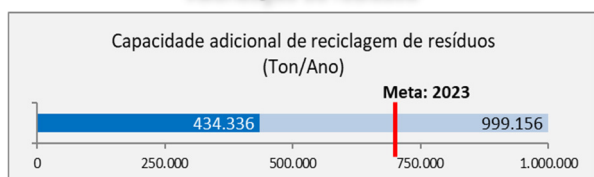
Legenda:  


### Ciclo urbano da água

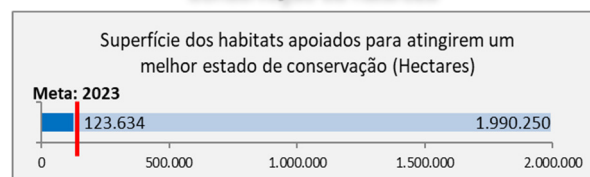


\*SAR - Saneamento de Águas Residuais

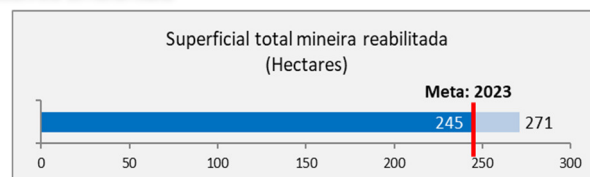
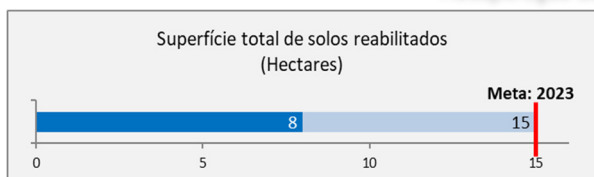
### Valorização de resíduos



### Conservação da natureza

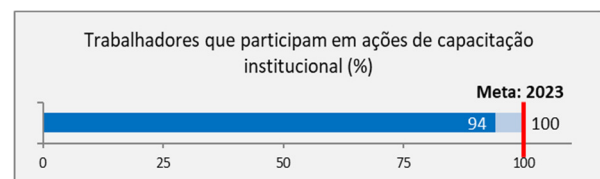
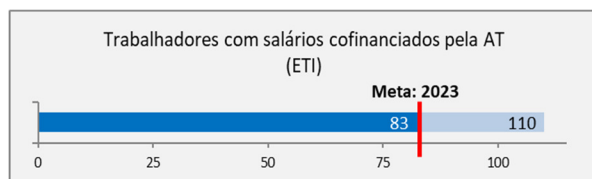
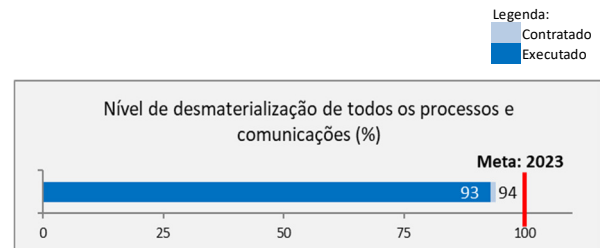
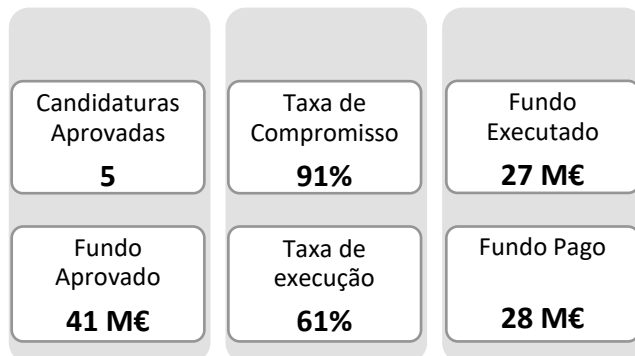


### Recuperação de passivos ambientais



## EIXO 4 – Assistência técnica

O custo total elegível e fundo aprovado para as operações do Eixo 4 é de 48 M€ e de 41 M€, respetivamente, estando executados 32 M€ de despesa elegível e 27 M€ de Fundo. Estão pagos 28 M€ às entidades beneficiárias. Também neste eixo, as operações aprovadas até final de 2021 já contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa, existindo já, no que respeita à realização executada de todos os indicadores, um grande contributo das operações parcialmente executadas.



## GRANDES PROJETOS

Em 2021, foi aprovado pela Comissão Europeia (COM) o último grande projeto na área da Mobilidade Urbana sustentável que ainda não tinha Decisão da COM - Sistema de Mobilidade do Mondego e verificou-se uma aceleração na execução dos GP ao nível já da sua implementação no terreno.

O GP Ampliação da Hidroelétrica da Calheta encontra-se em fase de exploração e os GP Expansão do Sistema do Metropolitano de Lisboa, Extensão do Metro do Porto: Linha Amarela (Santo Ovídio - Vila d'Este) e Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel encontram-se em velocidade cruzeiro no que respeita à sua execução.

No caso dos GP Extensão do Metro do Porto: Linha Rosa (Casa da Música - São Bento) e Sistema de Mobilidade do Mondego, revela-se algum atraso, sendo que no caso deste último GP, as componentes

de estudos e projetos estão concluídas, duas empreitadas estão em fase de contratação e duas empreitadas estão em fase de execução. No caso do GP Modernização da Linha de Cascais, os projetos de execução estão em elaboração e as empreitadas principais estão em fase de contratação pública.

Procedeu-se ao reforço do FC aprovado para os GP do Metro do Porto e do Metropolitano de Lisboa, para melhorar as suas condições de execução, que são da responsabilidade de empresas públicas com grandes limitações orçamentais decorrentes da crise pandémica.

A AG do POSEUR acompanha de forma sistemática e regular a concretização do planeamento e da execução física e financeira dos GP, permitindo antecipar alguns contrangimentos e soluções concertadas para serem ultrapassados as principais dificuldades na concretização destes investimentos.



## PRINCIPAIS PROBLEMAS E MEDIDAS ADOTADAS

A AG POSEUR tem vindo a adotar as medidas ao seu alcance para melhorar a implementação do Eixo 1 (OT4), no entanto, há que salientar as dificuldades e riscos ainda decorrentes da pandemia COVID19 e mais recentemente das tensões inflacionistas que se verificam..

Como das medidas adotadas em 2021 para a implementação do Eixo 1, é de referir a aprovação das candidaturas relativas à produção de gases renováveis na PI 4.1 – Produção e distribuição de fontes de energia renováveis, com reflexo ao nível do aumento do compromisso e do valor contratado dos indicadores de realização associados a esta PI.

Por outro lado, foi concretizada a reprogramação da operação do IFRRU2020, com a diminuição de 40M€ para 10M€ do FC mobilizado pelo POSEUR para este IF, e a não aplicação de custos padrão aos contratos celebrados com beneficiários finais a partir da aprovação da reprogramação do PO em dezembro de 2020. Esta medida contribuiu para que o FC comprometido em contratos celebrados com beneficiários finais aumentasse de 5,7 M€ para 8,6 M€.

O POSEUR abriu ainda um novo aviso para a aquisição de autocarros limpos (elétricos ou hidrogénio) em territórios de baixa densidade, com uma dotação de 40 M€.

De entre as medidas adotadas, abrangendo também o eixo 1, destaca-se a aplicação do aumento de taxa de cofinanciamento nos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários entre 1 de julho de 2020 e 30 de abril de 2021, refletindo o mecanismo que se aplica aos Pedidos de Pagamento Intermédios apresentados à COM no exercício 2020-2021, de forma a minimizar as limitações orçamentais decorrentes deste período de crise da COVID-19. Com o mesmo objetivo a CIC SEUR autorizou o PO a aplicar um aumento de taxa de cofinanciamento nos pedidos de pagamento apresentados pelos

beneficiários entre 1 de maio e 31 de dezembro de 2021. Esta medida teve um impacto muito significativo na tesouraria dos beneficiários, tendo, até ao fim de 2021, sido financiados 98 M€ de despesa que se previa suportar com contrapartida nacional.

Com as medidas adotadas, o Eixo 1 do POSEUR encerrou o ano com uma taxa de compromisso de 99% (com candidaturas em análise que permitiram superar os 100% de taxa de compromisso já em 2022) e uma taxa de execução de 39%, o que revela um avanço significativo face à situação no final de 2020 (22%).

A Autoridade de Gestão prosseguiu os seus esforços para atenuar as dificuldades das entidades beneficiárias, nomeadamente: em matérias relacionadas com a sua capacidade administrativa e financeira, promovendo, por exemplo, sessões de esclarecimento aos beneficiários e a obtenção de autorizações orçamentais exigidas para a realização de investimentos, de modo a contribuir para a libertação de bloqueios que têm condicionado a normal execução dos projetos. Procurou assim contribuir para que seja ultrapassado o atraso verificado na execução dos projetos. A título de exemplo, no âmbito da Eficiência Energética na Administração Central estes esforços contribuíram para a mais que duplicação do FC executado acumulado, que passou de 34 M€ até 2020 para 71 M€ em 2021 (de 21% para 44% de taxa de execução).

Considerando as dificuldades de implementação do Eixo 1 relatadas anteriormente e o seu impacto no cumprimento nos objetivos e metas definidos, nomeadamente no Quadro de Desempenho deste Eixo., antecipa-se já a necessidade de rever os indicadores do Quadro de Desempenho deste Eixo através de uma reprogramação do PO a realizar no 2º semestre de 2022.